

## **A difícil inclusão educacional do Negro**

Yara Canuto Martins da Silva,  
licenciada em História – pela UNP –  
Universidade Potiguar. Professora  
do Ensino Fundamental da Escola  
**Pedro de Azevedo Maia.**

**Resumo:** O artigo científico em questão procura fazer uma releitura da vida do negro por ocasião de sua chegada em terras brasileiras, dos penosos trabalhos a que foram submetidos, seu modo de vida e o tratamento a eles destinados. Analisa também a falta de participação nos movimentos emancipatórios que são decisivos para a vida do país. Faz-se uma contextualização tentando visualizar a situação daquela época e conseqüentemente diagnosticar os primeiros alicerces de discriminação erguidos nesse país com relação aos africanos e seus descendentes. O material empírico constou de 90 alunos e 07 professores do Ensino Médio de uma escola estadual do município de Barcelona-RN, com a finalidade de detectar como se comporta a amostra consultada sobre o problema diante da sociedade barcelonense. Nos resultados observou-se que hoje mais do que nunca problema existe carregado de situações mascaradas da realidade étnica. Nesse questionamento do passado, se descobre também o quanto essa parte da população foi relegada às margens da sociedade. Entre outros aspectos se pode concluir que ainda hoje existem alguns setores de militância de causa em prol dos negros que têm uma luta paulatina em favor do orgulho das raízes afro-descendentes, que realizam ações combinadas com a literatura, o teatro, a dança e educação para conscientizar e formar cidadãos que conheçam e reivindique seus direitos.

**Palavras-Chave:** Discriminação, abandono, Educação.

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo visa analisar as dificuldades enfrentadas pelo negro em inserir-se efetivamente na sociedade brasileira. Objetivando com isso, fazer um estudo sobre seus primeiros contatos nessas terras por ocasião do período escravocrata. Sua contribuição para o desenvolvimento econômico e cultural e a sua passividade nos principais movimentos emancipatórios, bem como a difícil legitimação dos seus direitos ainda nos tempos atuais, onde os negros, em sua maioria vivem às margens da sociedade, sociedade esta excludente por natureza.

O estudo da busca pela autonomia política, social e econômica desse povo é o ponto de destaque do trabalho em questão, devido à necessidade de formar uma consciência sobre o valor e importância daqueles que trabalharam arduamente em terras brasileiras, e que após mais de cem anos de abolição da escravatura, ainda continuam marginalizados tanto no campo quanto nos grandes centros urbanos.

Para analisar essa realidade partiu-se de uma amostra pequena da sociedade barceloneses, foram questionados através de entrevista os alunos e professores do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Tertuliano Pinheiro Filho, que analisaram e opinaram sobre a temática discriminação racial, tanto no que se refere aos aspectos pessoais quanto os de ordem educacionais.

Tal conscientização é imprescindível também para que se inicie o processo de aceitação do negro e que ele não despreze suas raízes nem tampouco se auto-discrimine. Mas, a mudança de valores necessária para por fim a discriminação racial é difícil, por ser um flagelo já estruturado na nossa sociedade, onde somente uma transformação das mentalidades será capaz de pelo menos tirar o assunto da obscuridade e hipocrisia para que se possa reverter essa injustiça, a educação parece ser um importante instrumento difusor no sentido oportunizar a racionalização do assunto e conseqüentemente quebrar os tabus existentes.

## **MARCO TEÓRICO**

A sociedade brasileira é resultante do entrelaçamento de várias culturas, mas que tem como base estrutural alicerçada entre as culturas: índia, negra e branca. Sendo assim, pode-se dizer que somos fruto de uma miscigenação em comum a outros povos.

Ao analisarmos a trajetória do negro desde os primórdios de sua chegada em terras brasileiras, já se constata a sua participação para o crescimento do país. Porém quando observados aspectos de ordem social, político e econômico, sentimos uma discrepância inegável. Aqueles que foram fundamentais para o desenvolvimento da economia do país foram usados e jogados a sua própria sorte, viveu no passado as margens da sociedade quando feitos escravos, continuaram quando “ libertos” e continuam em sua maioria em tempos atuais.

O total desamparo dado a maior parte desse povo no Brasil é evidenciado pelos dados que atestam à discriminação racial que permeia todos os segmentos da nossa sociedade. Não existe reconhecimento do negro para o desenvolvimento do latifúndio colonial. Não há preocupação e interesse de se mostrar a cultura negra, destacando sua importante contribuição ao universo cultural brasileiro. Tampouco há uma real e efetiva conscientização para promoção do respeito e valorização para aqueles que são diferentes.

Então nos preocupamos em analisar a temática: discriminação racial, qual a origem, tipo de legitimação, atuação do governo, e tipo de oportunidade oferecida, pretendendo com esse artigo fazer uma releitura do nosso passado de discriminação e abandono, tentando com isso, entender as mazelas contínuas que cercam grande parte da comunidade negra e sugerir alternativas capazes ajudar na mudança de postura frente à realidade vigente. Para tanto será necessário nos deportarmos a um passado histórico iniciado com o tráfego negreiro.

Por ocasião da chegada ao Brasil os negros eram vendidos no próprio porto, em leilões. Logo em seguida, estavam trabalhando para seus proprietários em atividades como agromanufatura do açúcar, na plantação de algodão, na mineração, entre outras tantas atividades.

Os variados tipos de trabalhos executados conferiam distinções entre os escravos. Os que trabalhavam no campo ou mineração eram mais maltratados, recebiam roupas de trapos e alimentação precária. Trabalhavam sob a fiscalização de um capataz, cerca de quinze horas por dia, sob o comando de ordens que quando desobedecidas podia haver punições como, por exemplo: chicotadas, queimaduras, prisões e etc. O excesso de trabalho atrelado a má alimentação, péssimas condições de higiene e castigos físicos contribuíam para uma alta mortalidade entre os grupos de cativos.

Para fazer o serviço doméstico os senhores escolhiam os escravos mais bonitos e confiáveis, estes recebiam roupas e alimentação melhor.

Segundo Cotrim (1999, p 88 ) além dessa escolha seletiva existia também outra concepção seguida pelo colonizador, que ele exemplifica assim : “( ... ) havia outras distinções entre os escravos por exemplo , as relativas à aculturação. Tinha menos valor o escravo chamado “ boçal “, recém chegados da África, desconhecedor da língua portuguesa e do trabalho da colônia . Valia mais o “ladino”, isto é, o escravo “aculturado”, que entendia a língua portuguesa e já conhecia a rotina do trabalho”.

Tais distinções deixam claro o rastilho de uma discriminação iniciada desde a chegada daquele povo em terras brasileiras, isso porque já começou daí uma disseminação de negação dos valores culturais africanos, sobrepondo a cultura do senhor como a “ melhor “ou a “ correta “ que devia ser seguida. O reflexo desse procedimento ainda persiste em dias atuais na educação, cultura e no que é de pior incutida na mente da grande parte da população. Além da negação dos valores culturais, negaram-lhe também sua importante atuação na construção e desenvolvimento do país.

A importância do negro para sociedade brasileira foi evidenciada pelo seu trabalho árduo em diversas atividades: fumo, cana-de-açúcar, o algodão e na mineração. Para Lopes (1985, p 42) mais do que pés e mãos do engenho, o negro foi pés e mãos do Brasil.

Aquele que através do seu contribuíram para estruturação do latifúndio comercial e colonial, submetidos a uma condição servil, onde a humilhação, maus-tratos, foram uma constante, sendo vitimados por vexames por vezes sádicos como chicotadas, castrações, corte de seios, entre outros horrores. Castigos esses que ao contrario do que alguns pensam nunca foram aceitos com docilidade pelos negros, que tentou rebelar-se sempre que pôde como pôde, mostrando com isso que aquela situação não lhe servia. A exemplo desse descontentamento tivemos o Quilombo de Palmares, uma guerrilha negra que a historiografia escondeu, devido à classe dominante considerar o acontecimento mal exemplo para aquela sociedade.

No final da época colonial, em 1818, pouco mais da população brasileira era composta de escravos. Já no final do império a situação estava bem diferente, novos grupos sociais se formaram provocando mudanças na economia (trabalho livre, industrialização ), na política ( Movimento Republicano ).

No que se refere a atuação política, os escravos foram mantidos às margens das principais lutas emancipatórias do Brasil. A Independência é um exemplo, os negros foram mantidos afastados devido às elites coloniais temerem que uma mobilização dos escravos pela luta poderia implicar na concessão de sua liberdade, sendo assim, as mais amplas camadas do povo brasileiro foram apenas expectadores dos movimentos organizados por uma sociedade conservadora e excludente. O fim do império não contou com o apoio do povo que assistiu quase indiferentes aos eventos de 1889.

O processo de libertação dos escravos houve dois movimentos importantes: o fim do tráfico negreiro; em 1850 e a abolição da escravatura em 1888. A abolição não aconteceu de uma hora para outra. Foi uma longa luta. Foram três as leis contra a escravidão:

- Lei do Ventre Livre, de 1871: declarou livre os filhos de mulher escrava nascidos a partir da aprovação da lei. Os escravocratas não gostaram. Os abolicionistas menos ainda, pois o filho da escrava continuaria propriedade do senhor até os 21 anos de idade e eles queriam a liberdade total.

- Lei dos Sexagenários, de 1885 declarou livres os escravos que chegassem a 65 anos era um peso morto. Para os abolicionistas foi uma piada de mal gosto, pois dificilmente o escravo agüentava trabalhar mais de dez anos.

- Lei Áurea de 1888: declarou livre todos os escravos.

Após a libertação dos escravos, os negros tiveram de enfrentar a dura realidade : tinham a liberdade, mais não tinham terras, nem profissão, nem ajuda do governo. O governo era de brancos dos ricos fazendeiros que queriam um novo país em que negro fosse coisa do passado. Tinham dado a sua contribuição como escravos, agora deviam ser esquecidos. O Brasil precisava torna-se um país de brancos, como as nações européias: a França, a Itália, a Alemanha.

Tratando dos desajustes provocados pela abolição em 1888, uma liberdade incompleta que esteve longe de resolver os principais problemas dos escravos, Lopes (1988, p.95) comenta que o negro ficou marginalizado, sem poder concorrer com o imigrante no campo ou na indústria. Atirado ao mundo dos brancos sem assistência, sem indenização, sem reforma agrária, sem preparo de qualquer espécie, o negro não teve quase ou nem uma oportunidade.

O outro ponto tratado nesse artigo é o abandono pelo qual o negro foi vítima , que fica evidenciado também na lei que objetivava emancipá-los, lei esta que poderia ter feito justiça aos descendentes de africanos, deu-lhe uma liberdade capenga , injusta e excludente. Pois o desajuste do negro aquela nova vida, passou no decorrer do tempo a ser estrutural, reforçando os preconceitos raciais como os que hoje estão arraigados na sociedade, que cruelmente associa o negro a bandidagem e a vagabundagem. O que não se leva em consideração é que os escravos africanos não foram instruídos nem antes, nem tampouco depois da abolição. Foram excluídos da sociedade totalmente, lhe fora negado especialmente

a apreensão de conhecimentos como leitura e escrita, habilidades capazes de promover a ascensão individual do cidadão e conseqüentemente iniciar uma mobilidade social.

O Brasil do final do século XIX principalmente, tencionava se moldar ao nível europeu de civilidade, para isso, dentre outras coisas precisou investir em educação ferramenta indispensável ao desenvolvimento e ao progresso. Mas tinha um entrave à modernidade sonhada: os índios e os negros.

O Decreto de Leôncio de Carvalho, de 1878, tratava da criação de cursos noturnos para livres e libertos, inspirando várias províncias a fazer o mesmo. O veto que existia aos negros caiu em 1879 somente em algumas províncias. Rio Grande do Sul vetava completamente a presença tanto de escravos quanto de negros libertos e livres.

Sendo assim, o que fica claro é que mesmo as escolas noturnas sendo amparada por um decreto que objetivava instruir o povo (livres, libertos e escravos), enfrentavam inúmeras resistências para serem abertos a todos, naquele período a luta de forças era muito grande, de um lado a elite escravocrata de outro toda uma população excluída dos seus direitos no meio um Estado complacente com os interesses dos mais fortes.

No período anterior a libertação dos escravos, já havia algumas leis que tratavam da questão educacional para “beneficiar também os cativos”. Em 1870 um projeto de lei, obrigava os senhores de escravos a criar e a tratar as crianças nascidas de mães escravas, impondo-lhes a obrigação da instrução elementar. Esta lei formatou uma reação de descontentamento por parte dos senhores de escravos, pois esses temiam que a educação oferecida aos cativos contribuísse para um sentimento de emancipação dentro das senzalas.

Pensando numa decisão que não prejudicasse a aprovação da Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 onde crianças nascidas de mulheres escravas seriam libertas e concedidas instrução escolar por parte dos senhores, foi aprovada no mesmo mês e ano a Lei nº 2040, onde esta isentava os senhores de oferecer instrução educacional as crianças livres de mães escravas. O texto seguia informando que educadas seriam apenas aquelas que fossem entregues pelos proprietários ao governo, ou tiradas dos seus poderes quando vítimas de maus tratos.

O Ministério da Agricultura passou a destinar recursos para os estabelecimentos públicos que assistissem educacionalmente esses libertos. Mas, essa iniciativa apenas começou a vigorar um ano após a promulgação da Lei do Ventre Livre.

Segundo Luiz Alberto e Petronilha Beatriz (2000, p. 141) no que se refere à política implantada pelo Ministério da Agricultura: “(...) os documentos e os estudos nos mostram que os proprietários de escravos não entregaram as crianças ao Estado, nem tampouco as educaram”.

Como já havia sido discutido anteriormente quanto ao abandono dos negros nesse artigo, fica também aqui evidenciado nesta lei que tinha o objetivo de inserir o aleitamento no cotidiano das crianças negras foi uma iniciativa sem expressão. Isto porque, o Estado assistiu passivamente a desobediência àquela que se concretizada efetivamente poderia ter iniciado uma mudança na condição educacional dos negros, que entrou no século XX relegados ao abandono, totalmente as margens da sociedade propensa ao rápido início de um processo de modernização presente principalmente nas grandes cidades do país.

Deste contexto emergem os primeiros movimentos de protestos dos negros como forma de luta contra a dominação social. As organizações desempenharam papéis que vão desde clubes culturais, passando por entidades de cunho político até mobilizar os jovens em torno de movimentos de conscientização. Estava evidente que qualquer que fosse a mudança no sentido de promover equidade social teria que ser protagonizada apenas por eles mesmos.

Os movimentos ou sociedades negras destacam entre as bandeiras de luta o direito à educação. Isto porque no início do século XX, as crianças negras estavam afastadas das escolas e do conhecimento, sua formação para o trabalho era ministrada pelos patrões. Os negros nascidos no início desse século quando tiveram chance aos bancos escolares foi já na idade adulta. As entidades negras entendendo que a educação era um instrumento de ascensão social passaram a oferecer escolas para alfabetização dos adultos e para as crianças. Porém essas iniciativas não eram bem sucedidas, os pais nem iam, nem mandavam seus filhos às aulas.

Alguns jornais ligados a essas entidades responsabilizavam o próprio negro por seu alheamento educacional. As críticas, no entanto, objetivavam atuar como estratégias para inculcar na população negra que a escolarização era um importante capital cultural necessário na competição entre estes e os brancos. Os trabalhos de convencimento continuam nas primeiras décadas do século XX, reiteradas vezes através de artigos em jornais ligados ao movimento negro, se orientava quanto à necessidade de crianças e adultos saberem ler,

escrever e contar. Além disso, eram divulgadas agendas culturais das entidades, ajudando na promoção da formação de opinião pública no meio negro.

Existia por parte das entidades, um sentimento de descrédito no governo para com a educação dos negros. Denunciavam estabelecimentos públicos de ensino que recebiam os negros devido a obrigatoriedade, mas que discriminava-os contribuindo de todas as formas para que não houvesse uma inclusão escolar. Por isso, os líderes dos movimentos negros chamaram a responsabilidade para si no que se refere a promoção da educação.

O isolamento porque passou a militância negra só foi quebrada já no final dos anos 40, e no início da década de 50, onde foram firmadas alianças acadêmicas entre intelectuais e ativistas de causa negra, buscando produzir um conhecimento crítico da realidade dos negros no Brasil. A denúncia da exclusão dos afro-descendentes foi feita primeiramente por pesquisadores como Guerreiros Ramos e Florestan Fernandes. Dessas pesquisas sobressaiu-se a baixa escolarização dos negros como um dos indicadores da crescente exclusão social.

Com isso, a questão da educação foi recolocada na agenda política do movimento negro. Dessa vez foram mobilizados várias vertentes ativistas: o TEN-Teatro Experimental do Negro, responsável em viajar pelo Brasil para preparação de convenções em outros Estados ampliando as alianças nacionais. Esse teatro tinha a crença que o combate ao racismo podia ser feito através de procedimentos culturais e educacionais que restituíssem a verdadeira imagem histórica do negro. Para tanto, ele propunha duas estratégias distintas:

- Tratar de forma dramática e cênica os recalques e neuroses, problemas do negro, numa espécie de terapia.
- Fazer uma análise crítica da profunda raiz eurocêntrica da cultura brasileira.

Outras ações também foram reivindicadas a partir da década de 50 e nos anos subseqüentes. Na década de 50 iniciaram-se os primeiros estudos sobre os preconceitos e estereótipos raciais em livros didáticos no Brasil. Nos anos de 1960 a 1970 os militantes oficializaram a ideologia da democracia racial. O mito persiste até hoje.

Na década de 1980 retomaram-se os estudos sobre o preconceito e estereótipos raciais em livros didáticos. Dessas pesquisas chegou-se ao seguinte resultado: havia uma depreciação dos negros em detrimento a valorização dos brancos.

Os avanços dados em direção a inclusão dos negros ao ambiente escolar, pode ser notados a partir do ano de 1982, quando houveram mudanças significativas nos governos estaduais e nas capitais do país. Nesse período Secretarias de Educação e Secretarias de Cultura dos Estados de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal, passaram a contar com assessores que buscavam entre outras coisas interferir nos currículos escolares nos livros didáticos.

Em 1984 grupos Afro- brasileiros promoveram em São Paulo, discussões com professores de várias áreas sobre a necessidade de rever o currículo e introduzir conteúdos não discriminatórios .

Já em 1985 questionou-se a comemoração de 13 de maio. O material enviado as escolas de São Paulo exaltava 20 de novembro como a data a comemorar a consciência negra. No ano de 1986 a Bahia inseriu a disciplina Introdução aos Estudos Africanos nos Cursos de Ensino Fundamental e Médio de algumas escolas estaduais.

Em 1987, entidades negras de Brasília pressionaram a FAE- Fundação de Assistência ao Estudante, para que fossem adotadas medidas eficazes de combate ao racismo do livro didático. A FAE, por intermédio da Diretoria do Programa Nacional do Livro Didática (PNLD), convidou representantes de organizações negras, para conjuntamente com técnicos das secretarias estaduais de educação avaliarem os problemas de discriminação que afetam o livro didático.

Na década de 80, o movimento negro esteve envolvido em mobilizações para denunciar o racismo e a ideologia escolar dominante, foram alvos nesse período: livro didático, currículo, formação de professores, entre outros pontos.

Já na década de 90 as entidades negras paulatinamente vão substituir suas denúncias por ações concretas. Desde 1994 o Núcleo de Estudos do Negro - NEN, financiado pela Fundação Ford, vem realizando seminários, publicando cadernos de pesquisas educacionais tratando do tema do negro e da educação. O Centro de Estudos Afro-Orientais- CEAO, em Salvador, com o apoio das Universidades Federal e Estadual da Bahia, tem organizado encontros de professores do ensino fundamental, buscando capacitá-los para lidar com o tema pluralidade cultural.

Em 1996, as questões raciais entrou como critério para avaliação dos livros didáticos comprados e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático- PNLD.

No ano de 1998 houve a inclusão da Pluralidade Cultural entre os Temas Transversais nos PCN'S- Parâmetros Curriculares Nacionais.

Em 2003 a publicação da Lei nº 10.639 tornou obrigatório o ensino de História da África e dos Afro-descendentes nos ensinos fundamental e médio, a determinação é que esse ensino seja tratado numa perspectiva positiva mostrando a importância e contribuição da África para o desenvolvimento da humanidade.

Atualmente os movimentos negros em sua maioria aliaram-se a esfera pública e também as organizações não-governamentais, parcerias existentes em vários Estados do país que desenvolvem um papel educativo voltado para melhorar a auto estima de crianças e jovens negros. Exemplos dessas ações podem ser vistas nos projetos desenvolvidos pela Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, no Rio de Janeiro, e pelos afoxes Ilê Ayê, Araqueto, Olodum , em Salvador.

Mesmo assim ainda há uma defasagem grande de alunos nas escolas, os movimentos afro-descendentes continuam a reivindicar a educação escolar para todos. Como também aumentar o índice de estudantes na universidade, um assunto espinhoso. Algumas ações nesse sentido já estão sendo postas em prática como, por exemplo, as cotas, o Prouni e pré – vestibulares para negros e pobres. A experiência está no início, alguns acreditam na iniciativa, outros a condenam é preciso que participemos que reflitamos sobre a imensa dívida que o país tem com a sociedade negra, que exijamos uma cidadania mais efetiva para todos.

## **METODOLOGIA**

Grande parte da nossa sociedade convive com um sentimento nocivo que exclui um grande número de brasileiros, de qualquer possibilidade de ascender socialmente deixando parte da população às margens do desenvolvimento social, econômico e político. É a praga conhecida pelo nome de racismo/ discriminação, que tanto é praticada indiretamente quanto diretamente no nosso país.

Tendo conhecimento dessa pratica comumente desenvolvida na nossa sociedade, surgiu o questionamento sobre essa realidade numa comunidade pequena, tentando analisar o tratamento dado aquelas pessoas de cor negra, que também são os menos favorecidos.

Para responder tais inquietações foi escolhida a cidade de Barcelona município do Rio Grande do Norte, como o local a ser observado e analisado. A cidade é de pequeno porte, vive basicamente dos recursos do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), tem menos de quatro mil habitantes. Pratica a cultura agrícola, a pecuária é de subsistência, oportunidade de emprego disponível é mediante um concurso público ou o apadrinhamento político. Tendo em vista tal realidade é fácil perceber que a educação também aqui é o que vai servir de trampolim para uma vida digna, sendo o fator decisivo para uma ascensão pessoal, sendo assim se estudou em particular a possibilidade de existir ações discriminatórias na educação dos jovens barcelonenses.

A escola escolhida para tal estudo foi a Escola Estadual Professor Tertuliano Pinheiro Filho, localizada na Rua Praça Francisco Oswaldo da Rocha nº 70, Barcelona – RN, tendo como diretora a Senhorita Francisca Ynajara Andressa de Araújo Felipe.

Esta instituição é a mais antiga da cidade, no que se refere ao prédio escolar, foi construída há exatos oitenta anos e por ela passaram a grande maioria dos estudantes desse município.

A referida escola foi criada através do decreto nº 13.265, pela portaria de autorização de reconhecimento Data 07/03/1997 Do . No inicio só eram ministradas aulas para o ensino fundamental menor. A partir de 03/07/1998 foi estendido ao ensino de 2º grau, hoje Ensino Médio.

O espaço físico da escola dispõe de quatro salas de aulas espaçosas e ventiladas, conta ainda com salas onde funciona a diretoria, secretaria, há uma pequena cozinha com despensa, instalações sanitárias para meninos e meninas.

No que se refere à alta tecnologia, dispõe de um vídeo e televisão, antena parabólica e microscópio. Detêm também um pequeno acervo de livros, todos doados pelo MEC (Ministério de Educação, Cultura e Desportos).

A estrutura administrativa é formada por uma diretora, três secretarias, uma supervisora e sete auxiliares de serviços gerais. O apoio técnico- pedagógico é dado através

de alguns cursos de aperfeiçoamento ministrados por professores universitários no próprio município ou pela DIREED.

O corpo docente é constituído por nove professores do quadro atuando de 1ª a 4ª série e seis contratados provisoriamente para lecionar no Ensino Médio. A escola conta com uma clientela de 300 alunos, com idade variando entre 07 e 48 aproximadamente. Sendo que desse total 120 são do ensino médio. No geral o nível sócio-econômico oscila entre médio e baixo, os alunos são provenientes da cidade e da zona rural.

A avaliação foi realizada com os professores que atuam hoje na referida escola no nível de Ensino Médio das disciplinas: História, Inglês, Português, Cultura, Geografia, Física e Matemática, como também pelos secretários e supervisores. Todos os entrevistados são graduados nas áreas que atuam, alguns prestes a concluir a pós-graduação.

Em contra partida, os alunos participantes são estudantes do ensino médio, alguns vindos do EJA (Educação de Jovens e Adultos), sendo que a maioria advêm do ensino fundamental normal.

Partindo para uma pesquisa mais fundamentada foram elaborados dois questionários distintos, um tentando analisar a posição da escola e professores no que se refere à promoção da cidadania. Nessa entrevista com professores foram discutidos os seguintes pontos:

- Quando é para ser discutida a trajetória do negro?
- O racismo é um mal e por isso há de ser tratado?
- A cultura negra é para ser tratada na proposta curricular?
- Qual a posição do professor com relação a essa temática?
- O que deve ser feito na escola para fortalecer o respeito à diversidade racial?
- Que tipo de capacitação você participou sobre a questão racial?

Buscou-se nesse questionário averiguar qual a posição da escola, com relação as práticas discriminatórias seja no ambiente escolar ou aquelas tratadas no currículo, tentando enxergar se a cultura africana/ negra é igualmente valorizada quanto a índia ou a branca. Também se levantou a questão dos professores estarem preparados ou não, para lidar, no sentido de mediar e acabar com práticas excludentes na sala de aula, ou no ambiente de trabalho como um todo.

No teste destinado aos alunos foi perguntado:

- O que você entende por discriminação racial?
- Você já discriminou alguém? Acha que foi justo?
- Você já foi vítima de algum tipo de discriminação? O que sentiu?
- O Brasil é formado por índios, negros e brancos, nascemos de uma mistura. É coerente discriminar?
- Para você o jovem é capaz de lutar contra o flagelo da discriminação? Justifique.

O questionário destinado à escola e aos professores teve o objetivo de avaliar a atuação da escola, sua ação, qual o tratamento/procedimento usado no desenvolvimento de seus educandos, qual o tipo de conhecimento são disseminados por ela, se sua contribuição é apenas mascarar ou não uma realidade tão excludente quanto a do resto do país, reproduzindo os mesmos preconceitos de outrora, se encaminha para um futuro propício à efetiva construção da cidadania, trabalhando no sentido de provocar mudanças de atitudes e comportamento.

Já a reflexão feita com os alunos teve a finalidade de avaliar a atuação educacional e social junto a esse grupo de adolescentes. Procurou-se saber qual o tipo de entendimento que eles têm sobre essa problemática, se eles eram capazes de conceituar e avaliar sua própria postura dentro da questão. Fazer com que eles avaliassem o problema, parassem um pouco para refletir sobre o efeito nocivo e depreciativo que tem o preconceito precedido da discriminação. Falar abertamente sobre o assunto, retirá-lo do currículo oculto e dissecá-lo perante aquela comunidade escolar que conseqüentemente é constituída por pessoas que fazem parte da sociedade.

## **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Após uma ampla análise sobre a trajetória educacional destinada aos grupos negros desse país, averiguaremos qual o impacto da exclusão e do abandono destes, ainda presentes em grupos sociais pequenos. Reportaremos-nos em refletir sobre os tentáculos da discriminação racial num grupo micro social, mais precisamente na comunidade estudantil e de professores da Escola Estadual Professor Tertuliano Pinheiro Filho, na cidade de Barcelona – RN.

A discussão presente neste estudo procura diagnosticar os possíveis avanços ou recuos dados em direção da equidade social, no que concerne a inclusão educacional dos negros. Ao fazer a pesquisa empírica sobre o tema, detectamos que o negro em Barcelona ocupa de forma tímida alguns cargos, que não tem destaque. O número de estudantes negros que concluem os estudos e conseguem se formar é pequeno, essa é uma proeza para poucos. No que se refere à situação financeira a maioria dos desfavorecidos são afro-descendentes.

Já que sabemos o papel importante da educação na luta pela inclusão social, a valorização dos sujeitos e da pluralidade cultural, nos dispomos a averiguar aquela realidade escolar para nos certificarmos da atuação desta no que se refere a promoção da inclusão social dos indivíduos vítimas do preconceito.

O grupo abordado nesta pesquisa foram 90 alunos do Ensino Médio, que refletiram e responderam as questões referentes a discriminação racial onde 14 (15%) afirmaram já ter sofrido esse tipo de preconceito, 8 (9%) alunos se auto denunciaram, afirmando ter utilizado de práticas discriminatórias através principalmente de xingamentos, e um negro afirmou nunca haver sido vítima de discriminação, o restante dos entrevistados declararam que nunca sofreram nenhum tipo de discriminação tampouco usara esse tipo de estratégia com alguém. Todos os entrevistados mesmo os que discriminaram algum indivíduo condenam essa atitude de desrespeito, garantem que são conscientes que a cor da pele não é fator decisivo da personalidade do indivíduo.

A opinião dos professores não é diferente da dos alunos, todos os que foram entrevistados sinalizam para o fim de qualquer tipo de preconceito precedido de discriminação. Esse é um discurso muito comum, afirmaram eles.

O grande empecilho da escola destacado pelos professores é a falta de uma união de forças para a estruturação de uma grade curricular mais atenta às novas orientações pedagógicas, no que se refere aos novos rumos da educação inclusiva. Os professores que lidam com a cultura e a História denunciaram a falta de cooperação existente na escola, muitos atestaram que a cultura negra só é tratada eventualmente no mês do folclore ou quando há algum assunto na mídia que evidencia a discriminação racial. De todo o corpo docente entrevistado nenhum passou por qualquer tipo de capacitação sobre o tema.

*A priori* o que ficou claro é que a escola como um todo, está alheia à discussão de abandono por que passa a imensa população pobre e negra desse país. As ações para a

promoção e valorização do negro, ainda ocorre de forma descoordenada na escola pesquisada, tais ações precisariam vir permeadas entre a comunidade e a escola, a escola como detentora do conhecimento tem de trabalhar de forma sistemática e integrada para compor um ambiente favorável para o desenvolvimento das aptidões e habilidades de todos e principalmente contribuir para inculcar de forma efetiva a noção de respeito e tolerância pela diversidade cultural. Isto porque a escola tem o poder de formar o pensamento do indivíduo, disseminar idéias, romper com paradigmas que contribuem para a reprodução de injustiças.

Tudo isso comprova que também aqui, não conseguimos ainda nos estruturar efetivamente para combater efetivamente as práticas discriminatórias que muitas vezes são postas em ação quase que de forma sorrateira e indireta, ou seja, vive-se o mito da democracia racial. As ações afirmativas quase sempre estão isoladas umas das outras, e esse isolamento as enfraquece, fazendo com que a herança cultural da discriminação continue tendo terreno fértil para se reproduzir.

## **REFLEXÕES FINAIS**

Ao final desse estudo onde se analisou a histórica exclusão social da qual foram vítimas a população afro-brasileira, ficou visível que mesmo depois de mais de dois séculos de “libertação”, o preconceito ainda existe contra os negros. Foi algo tão bem estruturado, que somente com igual empenho seremos capazes de rachar seus alicerces. Refletir sobre piadas, frases e expressões corriqueiras que denigrem e subestimam a capacidade de uma pessoa de cor negra.

Mesmo havendo ações afirmativas, a inclusão do negro na sociedade caminha a passos lentos, isto porque atitudes discriminatórias foram disseminadas durante grande parte da história do país e não conseguindo arrancá-la do seio social, buscou-se mascará-la com o mito da democracia racial, presente ainda em nossos dias.

O ambiente escolhido para o estudo sobre a existência e os níveis da exclusão social do negro não foge a regra da maioria das escolas no Brasil. Na comunidade educacional da Escola Professor Tertuliano Pinheiro Filho também não há um trabalho efetivo que integre os docentes e discentes na promoção de práticas afirmativas no sentido de trabalhar a valorização da diversidade cultural, como por exemplo: grupos de danças,

teatro, trabalhos comunitários, debates sobre temas como : racismo e preconceito. Embora a escola não estimule a discriminação, também não se engaja mais efetivamente na luta em prol do fortalecimento da cidadania, ou seja, assim como em muitas cidades brasileiras se encaminha a passos pequenos em busca da reparação da desigualdade gritante existente no Brasil.

Acredito na polêmica que temas como esses põem á tona, não crendo que a democracia racial seja efetivada de uma hora para outra, mas sim no que a reflexão e a análise sucinta, no que concerne a mostrar o problema e as profundezas da questão histórica serviram de apoio a esse tipo de exclusão que somente será destruída se for atacada de frente, fazendo com que a realidade seja observada a fundo em todas as suas nuances, somente assim, falando, questionando, analisando a questão se terá uma nova postura e conseqüentemente uma mudança de pensamento e atitude.

#### **ABSTRACT**

The scientific article in subject tries to do a releitura of the black's life for occasion of his/her arrival in Brazilian lands, of the painful works the one that was submitted, his/her life way and the treatment to them destined. It also analyzes the participation lack in the emancipation movements that you/they are decisive for the life of the country. It is made a contexture trying to visualize the situation of that time and consequently to diagnose the first erect discrimination foundations in that country regarding the Africans and their descendants. The empiric material consisted of 90 students and 07 teachers of the Medium Teaching of a state school of the municipal district of Barcelona-RN, with the purpose of detecting eat if it holds the sample consulted surplus the problem before the society from Barcelona. In the results it was observed that today more than never problem exists loaded of masked situations of the ethnic reality. In that question of the past, he/she is also discovered the as that part of the population was relegated to the margins of the society. Among other aspects she can conclude that still some exist sections of cause militancy today on behalf of the blacks that have a slow fight in favor of the pride of the afro-descending roots, that accomplish combined actions with the literature, the theater, the dance and education to become aware and to form citizens that know and demand their rights.

**Word-key:** Discrimination, abandonment, Education.

## BIBLIOGRAFIA

CASCUDO, Luiz da Câmara. Civilização e Cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília, INL, 1973. p 110.

CONTRIM, Gilberto. História do Brasil: Um olhar crítico. 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999, p 88.

GONÇALVES. Luiz Alberto Oliveira. SILVA. Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento Negro e educação. 2000. Nº 15.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995. p 48, 71 a 91.

LOPEZ. Luiz Roberto. História do Brasil Colonial. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1985. p 42.

LOPEZ. Luiz Roberto. História do Brasil Imperial. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1988. p 95.

Roberta Vencini, Revista Escola, Nov/2004- p 47 a 53.

WEHLING, Arno, WEHLING. Maria José C.de. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 219 a 232.